

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

A Administração da Enerpeixe S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete, à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, além da situação econômico-financeira da Companhia, poderão ser examinados através do Balanço Patrimonial, das Demonstrações dos Resultados dos Exercícios, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. Registramos, aos acionistas e aos membros do Conselho de Administração, um especial agradecimento pelo apoio e confiança. Aos colaboradores, expressamos nosso reconhecimento pela dedicação e empenho. Estendemos nosso reconhecimento aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros por suas contribuições.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2008	2007	(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2008	2007
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	94.376	93.828	Fornecedores		10.474	8.334
Concessionárias		10.733	15.323	Encargos de dívidas	10	3.583	399
Impostos e contribuições sociais	5	16.250	10.245	Impostos e contribuições sociais	5	24.605	31.566
Partes relacionadas	9	23.505	35.088	Partes relacionadas	9	1	485
Cauções e depósitos vinculados	6	35	35	Dividendos	13.2	21.670	17.452
Despesas pagas antecipadamente		540	757	Empréstimos e financiamentos	10	113.717	102.513
Outros créditos		5.937	220	Obrigações estimadas com pessoal		419	515
		<u>151.376</u>	<u>155.496</u>	Encargos regulamentares e setoriais	11	9.721	8.070
				Outras contas a pagar		<u>34</u>	<u>49</u>
						<u>184.224</u>	<u>169.383</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Cauções e depósitos vinculados	6	5	3.737	Encargos de dívidas	10		3.100
				Empréstimos e financiamentos	10	691.779	796.869
				Partes relacionadas	9	<u>637</u>	<u>162</u>
						<u>692.416</u>	<u>800.131</u>
Imobilizado	7	1.777.059	1.816.338	Patrimônio líquido	13		
				Capital social		882.628	807.322
Intangível	8	600	944	Reservas de capital		18.546	18.546
				Reservas de lucros		151.226	105.827
				Adiantamento para futuro aumento de capital			75.306
		<u>1.777.664</u>	<u>1.821.019</u>	Total do patrimônio líquido		<u>1.052.400</u>	<u>1.007.001</u>
Total do ativo		<u>1.929.040</u>	<u>1.976.515</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.929.040</u>	<u>1.976.515</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2008	2007
Receita operacional			
Suprimento de energia elétrica		326.985	303.786
Outras receitas operacionais		<u>50.954</u>	<u>35.810</u>
		<u>377.939</u>	<u>339.596</u>
Dedução da receita operacional			
Pesquisa e desenvolvimento		(3.428)	(3.133)
Impostos e contribuições sobre a receita		<u>(29.380)</u>	<u>(26.349)</u>
		<u>(32.808)</u>	<u>(29.482)</u>
Receita operacional líquida	14	345.131	310.114
Custo do serviço de energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(11.422)	(7.411)
Encargos de uso da rede elétrica		<u>(26.261)</u>	<u>(25.107)</u>
	15	<u>(37.683)</u>	<u>(32.518)</u>
Custo de operação			
Aluguéis e arrendamentos		(361)	(551)
Pessoal		(4.187)	(4.151)
Materiais e serviços de terceiros		(11.090)	(10.886)
Depreciações e amortizações		(44.737)	(43.700)
Seguros		(1.318)	(1.941)
Tributos		(44)	(88)
Outros custos de operação		<u>(1.011)</u>	<u>(1.598)</u>
	15	<u>(62.748)</u>	<u>(62.915)</u>
Custo total		(100.431)	(95.433)
Lucro operacional bruto		244.700	214.681
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(1.163)	(818)
Outras despesas operacionais		<u>(16.924)</u>	<u>(10.536)</u>
	15	<u>(18.087)</u>	<u>(11.354)</u>
Resultado do serviço		226.613	203.327
Receitas financeiras		16.766	13.388
Despesas financeiras		<u>(120.322)</u>	<u>(116.849)</u>
Resultado financeiro	16	(103.556)	(103.461)
Outras receitas/despesas		2.809	3
Lucro operacional		125.866	99.869
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(42.253)	(33.631)
(-) Imposto de renda - Incentivo ADA	3.1.1	23.055	18.546
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio		106.668	84.784
Reversão dos juros sobre capital próprio	13.2	<u>24.000</u>	<u>19.656</u>
Lucro líquido do exercício		130.668	104.440
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,1568	0,1347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2008	2007
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	130.668	104.440
Despesas que não afetam as disponibilidades		
Depreciações e amortizações	44.810	43.732
Apropriação dos encargos e atualizações monetárias	89.717	88.386
Ganho na alienação de bens e direitos	(1.596)	
	<u>263.599</u>	<u>236.558</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	16.172	(14.440)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(6.005)	(3.995)
Cauções e depósitos vinculados	3.732	(1.160)
Despesas pagas antecipadamente	217	395
Outros créditos	<u>(2.833)</u>	<u>204</u>
	<u>11.283</u>	<u>(18.996)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	1.656	(49.969)
Impostos e contribuições sociais a recolher	(7.613)	(17.562)
Obrigações estimadas com pessoal	(95)	(201)
Outras obrigações	<u>2.111</u>	<u>894</u>
	<u>(3.941)</u>	<u>(66.838)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	270.941	150.724
Atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e ao Intangível	(12.311)	(49.403)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	5.837	
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(6.474)	(49.403)
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(80.400)	(10.723)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos		
Encargos de dívidas - pagos	(80.197)	(3.729)
Pagamentos de principal	<u>(103.322)</u>	<u>(47.322)</u>
Empréstimos e financiamentos - juros capitalizados		<u>(2.479)</u>
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(263.919)	(64.253)
Aumento nas disponibilidades	548	37.068
Disponibilidades no final do exercício	94.376	93.828
Disponibilidades no início do exercício	<u>93.828</u>	<u>56.760</u>
	<u>548</u>	<u>37.068</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2008	2007
Geração do valor adicionado		
Receita operacional	377.939	339.596
Outras receitas	2.809	3
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(61.478)	(50.759)
Custos da energia comprada	(11.422)	(7.411)
Encargos de uso da rede elétrica e encargos de serviços de sistema	(26.261)	(25.107)
Materiais	(387)	(662)
Serviços de terceiros	(10.860)	(10.430)
Outros custos operacionais	<u>(12.548)</u>	<u>(7.149)</u>
Valor adicionado bruto	319.270	288.840
Depreciações e amortizações	<u>(44.810)</u>	<u>(43.732)</u>
Valor adicionado líquido gerado	<u>274.460</u>	<u>245.108</u>
Receitas financeiras	16.766	13.388
Valor adicionado total a distribuir	291.226	258.496
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração do trabalho	3.734	3.328
Encargos sobre a folha de pagamento (exceto INSS)	409	448
Impostos, taxas e contribuições	59.777	53.877
Despesas financeiras	96.277	95.827
Aluguéis	361	576
Dividendos propostos	<u>25.270</u>	<u>20.400</u>
	<u>185.828</u>	<u>174.456</u>
Lucro do exercício após dividendos	105.398	84.040
	<u>291.226</u>	<u>258.496</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	Capital social	Reserva de capital Incentivos fiscais - ADA	Reservas de lucros Incentivos fiscais - ADA	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2007										
Lucro líquido do exercício		807.322	-	-	2.645	37.689	-	847.656	75.306	922.962
Reserva de capital - Incentivo ADA redução de IRPJ	3.1.1		18.546				104.440	104.440		104.440
Destinação do lucro							(18.546)	-		-
Constituição de reserva legal					4.295		(4.295)	-		-
Dividendos propostos							(20.400)	(20.400)		(20.400)
Reserva de retenção de lucros						61.199	(61.199)	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	13	807.322	18.546	-	6.940	98.888	-	931.696	75.306	1.007.002
Aumento do capital (AGE de 16/12/2008)		75.306						75.306	(75.306)	-
Dividendos extraordinários (AGE de 16/12/2008)	13.3						(60.000)	(60.000)		(60.000)
Lucro líquido do exercício							130.668	130.668		130.668
Reserva de incentivos fiscais - ADA	3.1.1			23.055			(23.055)	-		-
Destinação do lucro										
Constituição de reserva legal					6.533		(6.533)	-		-
Dividendos propostos							(25.270)	(25.270)		(25.270)
Reserva de retenção de lucros						75.810	(75.810)	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	13	882.628	18.546	23.055	13.473	114.698	-	1.052.400	-	1.052.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 - Contexto operacional

Constituída em 2 de maio de 2001, a Enerpeixe S.A. ("Companhia" ou "Enerpeixe"), Companhia de capital fechado, tem por objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ANEEL nº 130/2001.

A Usina tem potência instalada de 452 MW com a implantação das três turbinas, sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda, em julho e a terceira, em setembro de 2006, tendo como energia assegurada 271 MW.

A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão.

O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria realizada em 18 de fevereiro de 2009, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, determinações do Ofício Circular nº 2775/2008-SFF/ANEEL e atualizações posteriores.

Para a compatibilização aos critérios do grupo econômico ao qual pertence e à melhoria na comparabilidade das demonstrações financeiras da Companhia, foram efetuadas as seguintes alterações apresentadas nas demonstrações financeiras de 2007:

No Passivo Circulante:

- Reclassificação do saldo do Uso do bem público: de Outras contas a pagar para Encargos regulamentares e setoriais.

Na Demonstração de Resultado do Exercício:

- Reclassificação dos saldos da Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, da Taxa de fiscalização e do Uso do bem público: de Custo de operação para Despesas operacionais.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2008 e 2007, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº 3.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

A Companhia optou por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2007 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pelas referidas legislações se caracterizam como mudança de prática contábil, e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra lucros ou prejuízos acumulados.

Para fins de divulgação das demonstrações financeiras comparativas, a Companhia seguiu a Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação, consequentemente, rerepresentando as demonstrações financeiras de 2007.

3.1.1 - Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Doações e subvenções - CPC 07 e Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008

Em 20 de dezembro de 2006, a Companhia obteve, junto a Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, o direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2007.

As subvenções obtidas pela Companhia até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 serão mantidas em conta específica no patrimônio líquido até sua total destinação. As subvenções recebidas a partir da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 passaram a ser reconhecidas no resultado do exercício e registradas, a partir da conta de Lucros acumulados, em conta de reserva própria no patrimônio líquido, Reserva de incentivos fiscais, na qual serão mantidas até a sua destinação, conforme CPC 07, Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008, e Portaria 2.091-A, de 28 de dezembro de 2007, do Ministério da Integração Nacional, que regulamenta o referido benefício.

Em 2008, o valor da subvenção auferida pela Companhia foi de R\$ 23.055 (R\$ 18.546, em 2007). Abaixo, demonstramos, com a finalidade de suprir informações quanto à comparabilidade do resultado, o efeito dessa alteração.

	2008	2007
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	130.668	104.440
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
Doações e subvenções - incentivo ADA redução de IRPJ	(23.055)	(18.546)
Lucro líquido, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	107.613	85.894
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	(23.055)	(18.546)

Patrimônio líquido em 31 de dezembro

	2008	2007
Ajuste na data de transição reconhecidos em:	1.052.400	931.695
Reserva de capital - Incentivos fiscais - ADA		18.546
Reserva de lucro - Incentivos fiscais - ADA	23.055	
Diferença entre o resultado líquido do exercício e o resultado ajustado	(23.055)	(18.546)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	1.052.400	931.695

Ativo Intangível - CPC 04 e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008

Determinados ativos intangíveis, já reconhecidos antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 e que atendem aos requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado intangível para o grupo de contas específico de ativos intangíveis.

3.2 - Disponibilidades (Nota 4)

Representadas, basicamente, por saldos mantidos em contas bancárias e incluem aplicações financeiras de renda fixa, estando esta última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.3 - Concessionárias e partes relacionadas - ativo (Nota 9)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

3.4 - Despesas pagas antecipadamente

Representadas, principalmente, por prêmios de seguros apropriados ao resultado à medida da vigência das correspondentes apólices e de acordo com o regime de competência.

3.5 - Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.6 - Imobilizado e Intangível (Notas 7 e 8)

Registados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação ou amortização acumulada, calculadas pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999.

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- A faixa de servidão permanente está registrada pelo custo de aquisição.

3.7 - Fornecedores

Referem-se ao saldo a pagar de fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica.

3.8 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 10)

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

3.9 - Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.10 - Imposto de renda e contribuição social (Notas 5 e 17)

O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social do exercício corrente registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, antes do imposto de renda, aplicando a alíquota de 9%.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08, cuja opção será confirmada quando da entrega da declaração de rendas.

Em 20 de dezembro de 2006, a Enerpeixe obteve, junto a Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, Laudo Constitutivo nº 1222/2006, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2007, por parte da Unidade da Secretaria da Receita Federal - SRF a qual está jurisdicionada a Unidade Produtora.

Essa subvenção governamental passou a ser reconhecida no resultado do exercício em 2008 e registrada, a partir da conta de Lucros acumulados, em Reserva de incentivos fiscais, de acordo com CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2.091-A, de 28 de dezembro de 2007, do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

3.11 - Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

3.12 - Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência.

3.13 - Estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido à imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas ao menos trimestralmente.

A principal estimativa relacionada às demonstrações financeiras refere-se ao registro dos efeitos decorrentes das transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

3.14 - Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em decorrência dos termos do Artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, a Companhia, como agente integrante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito dessa instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente.

3.15 - Redução ao valor recuperável

Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

3.16 - Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Outros

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

- Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com derivativos durante os exercícios.

4 - Disponibilidades

	31/12/2008	31/12/2007
Bancos conta movimento	13.111	18.687
Aplicações financeiras	81.265	75.141
Total	94.376	93.828

As aplicações financeiras têm vencimentos entre maio de 2009 e março de 2011 com rentabilidade média de 102,18% do CDI. Em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos, parte das aplicações financeiras da Companhia, R\$ 51.631 e R\$ 20.224, em 2008 e 2007, respectivamente, é mantida em conta reserva, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado no item (iv) da nota 10.

5 - Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/12/2008	31/12/2007
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social IRRF sobre aplicações financeiras	13.035	9.310
Total	13.035	9.310
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social ICMS sobre diferencial de alíquotas PIS e COFINS	19.198	15.085
ISS	1	6.678
PIS, COFINS, CS e IRRF - sobre serviços prestados por terceiros	1.721	2.946
IRRF - de juros sobre capital próprio	10	3.775
Outros	33	30
Total	3.600	2.948
	42	104
Total	24.605	31.566

6 - Cauções e depósitos vinculados a litígios

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Cauções e depósitos vinculados	35	35	5	3.737
Total	35	35	5	3.737

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados a litígios em 31 de dezembro de 2007 referia-se, basicamente, a depósitos judiciais decorrentes da ação de consignação em pagamento nº 1.336/05, movida pela Prefeitura Municipal de Peixe-TO, referente a valores de imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, na qual a Companhia obteve decisão favorável, transitada e julgada em 7 de fevereiro de 2008.

7 - Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2008			31/12/2007	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Imobilizado em serviço - tangível						
Geração						
Terrenos		12.155		12.155	12.155	
Reservatórios, barragens e adutoras	1,98	844.226	(38.939)	805.287	811.765	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,11	263.139	(13.330)	249.809	255.341	
Máquinas e equipamentos	2,80	734.677	(51.215)	683.462	712.461	
Veículos	18,55	1.138	(367)	771	573	
Móveis e utensílios	9,81	298	(29)	269		
Total		1.855.633	(103.880)	1.751.753	1.792.295	
Administração						
Máquinas e equipamentos	6,70	8	(1)	7		
Móveis e utensílios	9,96	344	(34)	310		
Total		352	(35)	317	-	
Total do imobilizado em serviço		1.855.985	(103.915)	1.752.070	1.792.295	
Imobilizado em curso						
Geração						
Transmissão		24.709		24.709	23.816	
Total do imobilizado em curso		24.989	-	24.989	24.043	
Total do imobilizado		1.880.974	(103.915)	1.777.059	1.816.338	

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2007	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço		Baixas	Valor líquido em 31/12/2008
			Depreciações			
Imobilizado em serviço - tangível						
Terrenos	12.155					12.155
Reservatórios, barragens e adutoras	811.765	10.236	(16.714)			805.287
Edificações, obras civis e benfeitorias	255.341	14	(5.546)			249.809
Máquinas e equipamentos	712.461	13.787	(22.161)	(20.617)		683.470
Veículos	573	410	(212)			771
Móveis e utensílios		642	(64)			578
Total do imobilizado em serviço	1.792.295	-	25.089	(44.697)	(20.617)	1.752.070
Imobilizado em curso	24.043	26.035	(25.089)	-	-	24.989
Total do imobilizado em curso	24.043	26.035	(25.089)	-	-	24.989
Total do imobilizado	1.816.338	26.035	-	(44.697)	(20.617)	1.777.059

O cálculo e a contabilização das quotas de depreciação vêm sendo efetuados de acordo com a Resolução nº 44, de 17 de março de 1999, tomando como base as taxas definidas e os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC. Em cumprimento ao contrato celebrado em 27 de abril de 2006 entre a ANEEL e a Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA, vencedora do leilão ocorrido em agosto de 2005 para exploração da linha de transmissão da Interligação Norte-Sul III (trecho 2), e nos termos do inciso IV da subcláusula décima segunda da cláusula quarta do contrato nº 02/2006, foi incorporada à Rede Básica, em abril de 2008, uma extensão de, aproximadamente, 72 km da linha de transmissão anteriormente restrita ao Aproveitamento Hidrelétrico Peixe Angical, pertencente à Companhia.

Na data da efetiva cessão desse ativo, a Companhia recebeu da INTESA, a título de ressarcimento, o valor de R\$ 7.102, atualizado monetariamente pela variação do IGP-M desde agosto de 2005, registrado na rubrica Outras receitas/despesas.

Através do Ofício nº 2.097/2006-SFF/ANEEL, de 14 de novembro de 2006, foi autorizado o rateio, para os demais ativos conversíveis que remanescerão na concessão da Companhia, do valor correspondente à diferença apurada entre o valor contábil de construção deste ativo, líquido de sua depreciação acumulada, e o valor de ressarcimento mencionado no parágrafo anterior, ambos projetados para a data prevista de transferência, em abril de 2008.

8 - Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2008		
--	--------------------------------------	------------	--	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Enersul - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 47,3 MW médios em 2006 e 53,9 MW médios para o período remanescente, ao preço de R\$ 107,09/MWh, data-base de reajuste em outubro de 2003. O contrato foi homologado pela ANEEL em 6 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.849/2003-SFF/ANEEL.

Em 1º de setembro de 2008, a Enersul deixou de ser parte relacionada da Enerpeixe em razão da permuta de ações de controle realizada entre a EDP - Energias do Brasil S.A., a Rede Energia S.A. e a Rede Power do Brasil S.A.

As condições contratuais acima descritas não foram modificadas.

Os valores com as coligadas CESA e Enertrade referem-se, respectivamente, a encargos de uso da rede elétrica e a compra de energia para complemento ao suprimento físico contratado pelas concessionárias distribuidoras, quando necessário, e à coligada Bandeirante refere-se a ressarcimento de gastos com a implantação do sistema de gestão.

Os valores com Furnas referem-se, basicamente, a encargos de uso da rede, a serviço de operação e manutenção da usina e a compra de energia.

10 - Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas

	31/12/2008				31/12/2007			
	Encargos		Principal		Encargos		Principal	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Moeda estrangeira								
BNDES						17		4.377
Itaú BBA S.A.						5		1.313
Banco do Brasil S.A.						4		1.094
Banco Bradesco S.A.						4		1.104
Unibanco S.A.						4		876
						34		8.764
Moeda nacional								
BNDES	1.776		56.386	343.013	182	1.550	46.874	398.434
Itaú BBA S.A.	542		17.199	104.630	55	465	14.062	119.530
Banco do Brasil S.A.	452		14.333	87.190	46	387	11.719	99.609
Banco Bradesco S.A.	452		14.333	87.192	46	387	11.719	99.609
Unibanco S.A.	361		11.466	69.754	36	311	9.375	79.687
	3.583		113.717	691.779	365	3.100	93.749	796.869
	3.583		113.717	691.779	399	3.100	102.513	796.869

O saldo de empréstimos e financiamentos decorre de apoio financeiro do BNDES, no valor total de R\$ 670.000, aprovado nos termos da Decisão de Diretoria do BNDES, nº 691/2003, de 10 de novembro de 2003, e contratado em 21 de maio de 2004, sendo R\$ 335.000 em operação de financiamento direto com recursos do BNDES e R\$ 335.000 em operação de financiamento mediante repasse realizado por agentes financeiros, conforme quadro a seguir:

Subcrédito	Parcela direta			Parcela indireta		
	BNDES	Itaú BBA	Banco do Brasil	Bradesco	Unibanco	Total
"A"	26.184	7.855	6.546	6.546	5.237	26.184
"B"	235.671	70.701	58.917	58.917	47.134	235.669
"C"	7.314	2.195	1.829	1.829	1.463	14.630
"D"	65.831	19.749	16.458	16.458	13.166	65.831
	335.000	100.500	83.750	83.750	67.000	335.000

As principais condições dos financiamentos são:

(i) Amortização:

- Para os subcréditos "A" e "C", 12 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2007 e a última em 15 de fevereiro de 2008, já liquidadas;
- Para os subcréditos "B" e "D", 95 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2008 e a última em 15 de janeiro de 2016.

(ii) Encargos:

- Para os subcréditos "A" e "C", taxa variável reajustada trimestralmente com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de 4,5% ao ano, durante o prazo em que vigorar a fiança da controladora indireta EDP - Energias de Portugal S.A.;
- Para os subcréditos "B" e "D", índice Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de 4,5% ao ano, durante o prazo em que vigorar a fiança da EDP - Energias de Portugal S.A.; e
- Os spreads acima mencionados poderão ser de 6% ao ano a partir da data em que vigorar a fiança da controladora direta EDP - Energias do Brasil S.A., em substituição à fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., o que, a partir de janeiro de 2008, poderá ocorrer somente por solicitação da Companhia e da EDP - Energias do Brasil S.A. Esta taxa poderá ser reduzida para 5% ao ano, caso a EDP - Energias do Brasil S.A. apresente índice de capitalização mínimo de 38% e a Enerpeixe apresente índice de cobertura do serviço da dívida mínimo de 1,3.

(iii) Vencimentos das parcelas de curto e longo prazo (principal e encargos):

	Moeda Nacional
Vencimento Circulante 2009	117.300
	117.300
Não circulante	
2010	113.717
2011	113.717
2012	113.717
2013	113.717
2014	113.717
2015	113.717
Após 2015	9.477
	691.779
	809.079

(iv) Garantias e obrigações:

- Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela EDP - Energias do Brasil S.A.;
- Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros:
 - Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT; e
 - As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVes;
- Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização de juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização;
- Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., regida pelas leis portuguesas.

Em 31 de dezembro de 2008, as cláusulas restritivas desses contratos de financiamentos encontram-se em pleno atendimento.

11 - Encargos regulamentares e setoriais

	31/12/2008	31/12/2007
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	1.900	2.036
Pesquisa e desenvolvimento	6.610	4.924
Taxa de fiscalização - ANEEL	61	85
Uso do bem público - UBP - Direito de outorga	1.150	1.025
Total	9.721	8.070

11.1 - Uso do bem público - UBP - Direito de outorga

A Companhia, como retribuição pela outorga concedida para exploração do potencial hidrelétrico da usina Peixe Angical, gerará à União, ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão e enquanto estiver o explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato de concessão, atualizado anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro.

Os compromissos contratuais são como segue:

	Valor nominal atualizado até	Valor presente
31/12/2008	384.056	
31/12/2007	354.502	
		189.226
		170.960

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto de 10% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto e projeção do IGP-M. Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2008 estão assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2009	13.807	13.223
2010	13.833	12.467
2011	13.833	11.791
2012	13.833	11.151
2013	13.833	10.546
Após 2013	314.917	130.048
	384.056	189.226

No exercício, a Companhia pagou ao Poder Concedente o montante de R\$ 12.419, sendo R\$ 6.800 de principal e R\$ 5.619 de atualização monetária, registrados no resultado do exercício.

O valor correspondente à parcela de 1/12 (um doze avos) do valor anual pago a título de Uso do bem público é apropriado mensalmente em função do transcorrer do período contratual.

12 - Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	31/12/2008	31/12/2007
Trabalhistas	91	83
Total	91	83

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Presidente

ALVARO JORGE GUERREIRO DE SOUSA
Conselheiro

LUIZ OTÁVIO ASSIS HENRIQUES
Conselheiro

LUIZ HENRIQUE HAMANN
Conselheiro

CLÁUDIO DANUSIO DE ALMEIDA SEMPRINE
Conselheiro

DIRETORIA

JULIO GALVÃO DE ARAÚJO JUNIOR
Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro

AMAURI ALVAREZ
Diretor Técnico

FRANCISCO JOSÉ MAGDALENA
Contador - CRC 1SP259218/O-4

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Enerpeixe S.A. São Paulo - SP

- Examinamos os balanços patrimoniais da Enerpeixe S.A. ("Companhia"), levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2008 e 2007, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

13 - Patrimônio líquido

13.1 - Capital social

O Capital social, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas, assim distribuídas:

Acionista	31/12/2008		31/12/2007	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil S.A.	499.951.253	60,00%	465.165.338	60,00%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	333.300.836	40,00%	310.110.225	40,00%
Total	833.252.089	100,00%	775.275.563	100,00%

13.2 - Destinação do lucro

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JUSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio.

	31/12/2008	31/12/2007
Lucro líquido apurado no exercício	130.668	104.440
Reserva de incentivos fiscais - ADA	23.055	18.546
Proposta de destinação:		
Constituição da reserva legal - 5%	6.533	4.295
Dividendos - 25%	25.270	20.400
Constituição da reserva de retenção de lucros	75.810	61.199

Em 16 de dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 24.000, imputados aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos nas demonstrações dos resultados, conforme Deliberação CVM nº 207/96.

13.3 - Reserva de lucros

A Reserva de incentivos fiscais, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, conforme mencionado na nota 3.10. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/77, alterada pela Lei 11.638/07.

Os saldos remanescentes de lucros após dividendos são destinados à constituição de Reserva de lucros ou Investimentos, em consonância com o Estatuto Social e as garantias estabelecidas nos contratos de financiamento com o BNDES, conforme nota 10. Em 16 de dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em Assembléia Geral Extraordinária, com a prévia autorização do BNDES e dos demais agentes financeiros do consórcio de bancos, atendendo às obrigações estabelecidas nos contratos de financiamento, a distribuição de R\$ 60.000 a título de dividendos extraordinários, pagos em 30 de dezembro de 2008.

13.4 - Reserva de capital

A Reserva de capital é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ dos exercícios findos até 31 de dezembro de 2007, conforme mencionado na nota 3.10.

13.5 - Adiantamento para futuro aumento de capital

	31/12/2008	31/12/2007
EDP - Energias do Brasil S.A.		45.184
Furnas Centrais Elétricas S.A.		30.122
Total		75.306

Em 16 de dezembro de 2008, em Assembléia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 75.306, realizado mediante a emissão de 57.976 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, para subscrição privada pelos acionistas da sociedade, na proporção que detêm no capital social. O preço das ações foi fixado com base no Artigo 170, Parágrafo Primeiro, alínea "II", da Lei 6.404/76.

14 - Receita operacional líquida

	GWh (*)		R\$ MIL	
	2008	2007	2008	2007
Suprimento convencional e leilão	2.317	2.300	326.985	303.786
Energia de curto prazo			50.954	35.810
			377.939	339.596
(-) Deduções da receita				
P&D			(3.428)	(3.133)
PIS e COFINS			(29.380)	(26.349)
			(32.808)	(29.482)
Total	2.317	2.300	345.131	310.114

15 - Gastos operacionais

	2008		2007		
	Custo do serviço Com energia elétrica	De operação	Despesas operacionais Gerais e administ.	Outras	Total
Não gerenciáveis					
Energia elétrica comprada para revenda					
Contratos bilaterais	9.072				9.072
Energia de curto prazo - CCEE	2.350				2.350
Encargos de uso da rede elétrica					
Encargo de uso e conexão	26.261				26.261
Taxa de fiscalização			734		734
Direito de outorga			6.800		6.800
Compensações financeiras			9.390		9.390
	37.683		16.924		54.607
Gerenciáveis					
Pessoal		4.187	725		4.912
Material		366	21		387
Serviços de terceiros		10.724	136		10.860
Depreciação e amortização		44.737	73		44.810
Aluguéis e arrendamentos		361			361
Outras		2.373	208		2.581
		62.748	1.163		63.911
Total	37.683	62.748	1.163	16.924	118.518

16 - Resultado financeiro

	2008	2007
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	15.817	6.975
Variações monetárias moeda estrangeira	210	6.388
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	304	12
Descontos obtidos		4
Outras receitas financeiras	435	9
	16.766	13.388
Despesas financeiras		
Juros e multas sobre impostos federais	(231)	(228)
Encargos de dívidas	(87.755)	(90.409)
Variações monetárias moeda nacional	(7.692)	(2.846)
Variações monetárias moeda estrangeira	(98)	(1.992)
CPMF	(44)	(1.366)
Juros sobre capital próprio	(24.000)	(19.656)
Outras despesas financeiras	(502)	(352)
	(120.322)	(116.849)
Total	37.683	62.748

17 - Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2008	2007	2008	2007
Lucro antes do IRPJ e CSLL	125.866	99.869	125.866	99.869
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(31.443)	(24.967)	(